

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006811-80.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Paulo Edmundo Dias Duarte Filho e outros**  
 Embargado: **José Fábio Guaraty e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO N 1006811-80.2018****VISTOS**

**PAULO EDMUNDO DIAS DUARTE FILHO E OUTROS** ajuizaram os presentes **EMBARGOS DE TERCEIRO** em face de **JOSÉ FÁBIO GUARATY e ANGÉLICA DORNAIKA GUARATY**, todos devidamente qualificados.

Aduziram, em síntese, que em 10/05/2017 os embargados/exequentes ajuizaram cumprimento de sentença em face de BENEDICTO ARY DE OLIVEIRA TOLEDO e sua esposa MARIA THEREZINHA VENUSSO TOLEDO e em 19/02/2018 foi efetivada penhora do SÍTIO PORTAL DO IPANEMA (matriculado sob n. 51.346 do CRI de Rio Claro). Referido bem foi por eles (embargantes) adquirido em 25/08/1977, através de instrumento particular de compromisso de compra e venda. Já em 15/09/1994 foi lavrada escritura de venda e compra do bem. Ponderaram que somente no início de 2008 é que levaram a escritura a registro público, mas que o ato não se concretizou por inconsistências de documentos (notas de devolução do CRI local). Aduziram, que recentemente, em junho de 2018, tentando regularizar o imóvel, vieram a tomar ciência da aludida penhora. Argumentaram que sempre recolheram os

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

impostos que recaem sobre o bem. Finalizaram aduzindo serem terceiros de boa fé e pediram a procedência dos embargos;

Juntaram documentos (fls. 19/533).

Pela decisão de fls. 535 foi determinada a suspensão da execução no tocante ao bem objeto destes embargos.

Os exequentes/embargados se manifestaram às fls. 539/541, informando que renunciaram/desistiram expressamente da penhora referente ao imóvel objeto dos presentes embargos. Apenas solicitaram a condenação dos embargantes nas custas e despesas processuais.

**É o relatório.**

**DECIDO**, no estado em que se estabilizou a controvérsia, por entender completa a cognição.

Os próprios exequentes, maiores interessados no insucesso desta LIDE, compareceram aos autos concordando com o pedido inicial; expressamente informaram que renunciaram/desistem da penhora do imóvel objeto desta ação; apenas pleitearam a isenção do pagamento das custas, com a condenação dos embargantes nas verbas da sucumbência.

Assim, reconheço que no ato da penhora o bem constrito já pertencia aos embargantes, terceiros de boa fé e com base no reconhecimento do pedido, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial e o faço fundamentado no art. 487, III, "a" do CPC; torno insubsistente a penhora que recai sobre o imóvel descrito na inicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Caso tenha sido averbada a constrição na matrícula, defiro, desde já, seu cancelamento.

Traslade-se cópia dessa decisão para a execução.

No contexto dos fatos deixo de condenar os embargados nas verbas da sucumbência, ainda mais porque não trouxeram resistência ao presente procedimento e não deram causa ao ajuizamento da lide.

Os autores suportarão o pagamento das custas.

**Publique-se e intemem-se.**

São Carlos, 14 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**